

A DICOTOMIA HISTÓRICA ENTRE IDEIA E MATÉRIA: analisando essa disjunção na questão epistemológica e na divisão social do trabalho

Daniela Glícea Oliveira da Silva (1); Aline Nunes Paiva (2); Maria das Dores Mendes Segundo (Orientadora)

(Universidade Estadual do Ceará - UECE, danielaglicia@yahoo.com.br.)

Resumo: A histórica dicotomia entre ideia e matéria perpassa as teorias filosóficas desde a antiguidade, gerando grandes debates e fundamentando diferentes concepções de mundo. Neste trabalho, limitamo-nos a perceber, de maneira sintética, resgatando em alguns teóricos da filosofia, como a tentativa de chegar ao conhecimento versou, conforme as devidas determinações do contexto, hora pela via da matéria, através da corrente de pensamento empirista; hora pela via das ideias, por meio da corrente racionalista. Realizado esse empenho inicial, passamos a analisar a segregação entre ideia e matéria diante da divisão social do trabalho. A partir da divisão da sociedade em classes sociais com interesses antagônicos, a máxima da dicotomia entre ideia e matéria toma uma forma distinta. Tal dicotomia não só cumpre uma determinada forma de pensar sobre o mundo, como passa a atuar na legitimação da sociedade de classes por meio da divisão social do trabalho em de um lado, trabalho intelectual e, de outro, trabalho manual. Por fim, tratamos como no contexto da sociedade de classes a educação é posta a cumprir o papel de reforçar essa diferenciação entre aqueles que vão se ocupar do trabalho material e aqueles que tratarão do trabalho intelectual. O aparato teórico-metodológico base do escrito é o onto-marxismo, partindo da premissa fundamental da centralidade do trabalho na fundação do ser social e dos complexos sociais que compõem a totalidade social (LESSA, 2007). Para aclarar a questão problema realizamos um estudo bibliográfico, em caráter mais demonstrativo e exploratório, onde nos debruçamos sobre os referenciais dos autores que realizam a crítica marxista ao sistema sociometabólico do capital. Destacamos que a construção teórico-metodológica de Marx consiste justamente em romper com a separação que acaba por colocar em lados opostos ideia e matéria, teoria e prática, ação e reflexão, sujeito e objeto. A proposta de Marx é de negação do determinismo presente no empirismo e no racionalismo, de maneira que percebe a realidade de forma dialética. Há uma realidade material, objetiva, que é desantropomorfizada e transcendente ao sujeito, mas que ele pode intervir e se apropriar, de modo que sua subjetividade passa a transformar essa realidade à medida que é por ela transformada num movimento que é sempre prático e teórico e, por sua vez, empírico e racional.

Palavras-chave: Materialismo, empirismo, idealismo, divisão social do trabalho, educação.

1. INTRODUÇÃO

A filosofia no seu intento de compreender o real, ou seja, na busca por desvelar o mundo humano para além da visão mística que a antecede, por meio da consciência filosófica, tem se deparado ao longo de seu desenvolvimento com um problema fundamental, de dimensão notória, que por sua vez, tem norteado a maneira dos pesquisadores voltarem seus pontos de vista para os seus objetos de pesquisa. Essa preocupação básica da filosofia quanto à questão do conhecimento se expressa em um antagonismo basilar que perpassa vários séculos e divide as opiniões de teóricos diversos.

Este problema consiste numa incompatibilidade teórica que produz pólos que se chocam quando a maneira pela qual se pode chegar ao conhecimento verdadeiro, se pela via

racional, ou pela via empírica, quer dizer: se do ponto de vista gnosiológico ou ontológico. Nessa esteira, esse problema tem perpassado as discussões no campo da filosofia até que se sustentou uma clara divisão, em dois grupos distintos: de um lado, autores que defendem que o conhecimento verdadeiro só pode existir a partir da experiência prática, sensível e, de outro, os autores que dispensam a experiência prática, entendendo que a compreensão do mundo passa pela racionalidade.

Destarte, buscamos demonstrar sumariamente, em um primeiro momento, a polêmica separação existente entre ideia e matéria quanto à questão epistemológica, que perpassa as teorias filosóficas desde a antiguidade até a proposta de Marx (1818-1883) para solucioná-la. Em um segundo momento, demonstraremos como essa dicotomia se expressa na divisão social do trabalho e acaba por ser legitimada pela educação.

2. METODOLOGIA

O aparato teórico-metodológico base do escrito é o onto-marxismo, partindo da premissa fundamental da centralidade do trabalho na fundação do ser social e dos complexos sociais que compõem a totalidade social (LESSA, 2007). Para aclarar a questão problema realizamos um estudo bibliográfico, em caráter mais demonstrativo e exploratório, onde nos debruçamos sobre os referenciais dos autores que realizam a crítica marxista ao sistema sociometabólico do capital.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A dicotomia entre a matéria e o espírito na questão do conhecimento e a superação pela teoria materialista histórica de Marx

A polêmica existente entre o racionalismo e o empirismo na questão do conhecimento persiste na história da filosofia e torna-se da maior relevância na atualidade. Adverte Azevedo (2013, p. 21, *itálicos do original*) que: “O debate acerca da origem do conhecimento tem sido feito, tradicionalmente, em torno de duas perspectivas epistemológicas bases: o *racionalismo* e o *empirismo*”. Essa polêmica ecoa ainda hoje nas pesquisas realizadas na academia, sobretudo em tempos de efetivação da empreitada pós-moderna que tem realizado análises fragmentadas e particulares sem levar em consideração a totalidade das relações sociais que segue influenciado os diversos fenômenos.

O apelo a um pragmatismo exacerbado nas universidades e a chegada ao século XXI - com o avanço de uma direita conservadora e reacionária e de uma classe média que

busca, na elaboração de ideologias, enevoar suas reais pretensões de mantimento de privilégios conquistados a troco de muito suor das classes subalternas - requer uma análise aprofundada das questões relativas às bases do conhecimento, que encontra sua máxima ainda hoje, expressa na célebre frase de Francis Bacon (1561- 1626), “Conhecer é Poder”.

Assim sendo, são diversas, ao longo do desenvolvimento das correntes racionalista e empirista, as tomadas de posições que visam conciliá-las, negá-las ou superá-las. Conforme Lessa (2016) a dicotomia entre matéria e espírito não é recente e fruto das correntes racionalista de Descartes (1596-1650) e empirista de Locke (1632-1704), ambos teóricos da modernidade. A polêmica surge já na antiguidade e é fruto das determinações da base econômica que promove consignaões na medida em que também é influenciada pelas devidas mediações do social. Contatamos nas palavras do autor:

Desde Platão e Aristóteles, passando pelo período medieval, com Agostinho e Tomás de Aquino, entrando pelo Período Moderno, de Galileu, Descartes e Bacon até Hegel, as grandes concepções de mundo assumiam como uma inquestionável evidência que o que existe (o mundo todo) seria formado por duas partes, a matéria e o espírito. (LESSA, 2016, p. 2).

Cabe destacar, nessa conjuntura, que essa oposição entre as correntes racionalista e empirista não é consenso entre os teóricos, embora, em grande parte da tradição filosófica as duas correntes tenham sido tomadas como antagônicas, onde uma prega a negação da outra. Na via da contramão, há autores que consideram que as duas correntes exercem uma relação de complementariedade e não de contraposição.

Haguette (2013, p. 197) argumenta, nessa égide, que as concepções empirista e racionalista não se constituem como “oposições insuperáveis”. Prossegue o autor: “O oposto do racionalismo é o irracionalismo enquanto o do empirismo é o idealismo” (HAGUETTE, 2013, p. 197). Trataremos, destarte, de apresentar uma definição possível para as duas correntes, destacando os pontos de convergência e divergência. Conforme Haguette (2013, p. 198) o racionalismo pode ser definido como o apelo a razão pelas diversas orientações filosóficas.

Para o autor, a experiência iniciada na Idade Média com o iluminismo, onde o apelo aos dogmas religiosos consagravam as classes cléricas e nobres, a razão é elencada como a saída possível àquele modelo social com base econômica feudal. Isso, pois, a burguesia nascente era contrária ao arranjo social e via na razão a possibilidade ideológica fundamental a sua superação, negando o conhecimento religioso e estabelecendo um conhecimento racional, livre de preconceitos. A superação do arranjo feudal de fato ocorreu, através de um movimento revolucionário. Contudo, a *razão* expressa nesse contexto era, de

certa maneira, conjugada à fé religiosa, representando apenas a base do racionalismo, mas não é em si a própria corrente racionalista na sua particularidade (HAGUETTE, 2013, p. 199).

O racionalismo parte da premissa fundamental de que a experiência empírica é totalmente dispensável para se chegar ao conhecimento, isso, pois, conforme Azevedo (2013, p. 21-22):

Alguns filósofos sempre reconheceram que possuímos uma certa faculdade de tipo *a priori*, que dispensa a experiência sensível quando se trata de formular novas crenças que ultrapassam a experiência imediata, ou mesmo que não têm qualquer relação com essa mesma experiência. Somos capazes de fazer livremente certas “operações” de pensamento, partindo de premissas que temos como verdadeiras ou, pelo menos, credíveis, para chegar a determinadas conclusões. (AZEVEDO, 2013, p. 21-22, *itálicos do original*).

Contudo, essa possibilidade de chegada ao conhecimento é encarada pela corrente racionalista como subjugada ao seguimento de parâmetros epistêmicos que conforme Azevedo (2013, p. 23) são entendidos no racionalismo como “verdades da razão”, sendo esse conhecimento verdadeiro condicionado à sua necessidade lógica e sua validade universal.

Descartes é quem inaugura o racionalismo à medida que se opõe inexoravelmente à premissa de Bacon de que a mente encontra-se vazia e o conhecimento empírico, sensível, experiencial é o responsável por preenchê-la. Esse pensamento de Bacon entende que o aspecto racional está subordinado ao empírico e todo conhecimento humano passa primeiro pela experiência sensível, retomando o que adverte São Tomaz de Aquino *apud* Haguette (2013, p. 195) “nada há no intelecto que não tenha passado pelos sentidos”. Controversamente, a razão é tida pelos racionalistas, mormente Descartes, como a única possibilidade de se chegar ao conhecimento, o que levou o autor a tese de que o homem é possuidor de ideias inatas que independem da experiência sensível (HAGUETTE, 2013, p. 200).

Sobre essa tese do inatismo das ideias de Descartes, Azevedo (2013, p. 23) infere que consiste no entendimento de que a razão possui de maneira imanente, pela natureza que lhes é própria, determinados “conhecimentos” ou “ideias”, que são acessados quando necessários pela imediata e simples “intuição racional”. Essas “ideias” ou “conhecimentos”, tomados como “inatos”, são tidos a “*priori*”, que quer dizer que possuem primado sobre a experiência. Para se chegar as leis e verdades da natureza o sujeito deve se dispor de uma descontaminação sensorial da razão (AZEVEDO, 2013, p. 23).

De pronto, conforme Azevedo (2013, p. 23, *itálicos do original*) para o racionalismo de Descartes “a fonte de todo o conhecimento verdadeiro é a razão, dado que esta possui um ‘patrimônio *a priori*’ de verdades basilares, objetivas e auto justificadas que

em nada dependem da experiência dos sentidos”. A razão possui nessa perspectiva a centralidade, a possibilidade *sinequa non* a questão do conhecimento não poderá se efetivar.

É dessa maneira que ocorre a separação em pólos antagônicos entre as correntes racionalista e empirista, provocando a separação entre conhecimento sensorial e conhecimento intelectual no que tange a questão do conhecimento. Em resumo podemos constatar as particularidades dessa corrente na passagem:

Descartes abre o caminho ao subjetivismo, afirmando o primado: 1) do sujeito frente ao objeto; 2) do interior (íntimo) sobre o exterior; 3) da consciência sobre o ser e 4) da imanência em relação à transcendência. O racionalismo significa, portanto, a introdução do sujeito e da consciência, com sua primazia do conhecimento intelectual sobre o conhecimento sensível e do método racional-dedutivo nas ciências em detrimento do empírico. (HAGUETTE, 2013, p. 201).

Na via de contramão, o empirismo de Locke adverte a primazia do objeto em detrimento do sujeito, do exterior, enquanto conhecimento experiencial, sobre o racional e do método empírico-indutivo sobre o racional-dedutivo (HAGUETTE, 2013, p. 201).

Nessa esteira, a possibilidade de conhecimento pelo ser se dá através da reprodução do real na consciência, sendo que a ação do sujeito nessa interação é desconsiderada. O objeto na corrente empirista tem lugar central, sendo que a verdade encontra-se nele e o esforço do sujeito é em conhecê-lo, elevá-lo a consciência, embora, de maneira passiva (HAGUETTE, 2013, p. 202).

Azevedo (2013, p. 23) infere que o empirismo tem, tradicionalmente, se apresentado como a primazia das “faculdades sensórias e perceptivas na aquisição de conhecimento verdadeiro”. Nessa perspectiva, a única forma confiável de se chegar ao conhecimento é por meio da experiência sensível.

Existe para Locke *apud* Azevedo (2013, p. 26) uma relação de causa e efeito entre o mundo objetivo transcendente ao sujeito e as ideias que surgem como representações do real. Como expresso em Azevedo (2013, p. 26) os empiristas refutam a tese do “conhecimento” ou “ideias inatas”, pois não há possibilidade de conhecimento que não perpassasse primeiramente a experiência prática. David Hume (1711-1776), por exemplo, deu continuidade a muitas das teses de Locke e defende a origem do conhecimento inexoravelmente na empiria, caracterizando-se como “anti-inatista”. Nessa linha de alcance, “a razão, por si mesma, não é dotada de qualquer patrimônio a priori de ‘conceitos’ ou ‘ideias’ inatas” (AZEVEDO, 2013, p. 24).

É oportuno revelar conforme Azevedo (2013, p. 24), que os empiristas, em sua maioria, não recusam a ideia da capacidade de inferência da razão, contudo essa não pode

ultrapassar a experiência sensível, estando ao contrário, a ela subjugada. Assim, essa inferência não pode se originar na razão, mas sim na empiria. Essa dedução da razão em Locke *apud* Azevedo (2013, p. 26) pode derivar de duas fontes: “*percepção interna* (operações da mente) ou *externa* (objetos da experiência), as duas únicas fontes de conhecimento admitidas por Locke”.

Destarte, vemos como aponta Haguette (2013) que as duas concepções aqui elencadas aproximam-se no que concerne a defesa de que a chegada ao conhecimento não se dá através de dogmas religiosos ou metafísicos, contudo, divergem quanto à possibilidade que é dada por meio da razão (racionalistas) ou do sensível (empiristas).

Decerto, Kant (1724-1804) assim como outros filósofos buscou pôr fim a essa problemática que produz uma clara dicotomia entre a ideia e a matéria na questão do conhecimento. Seguindo o raciocínio de Haguette (2013) temos que discordar do autor de que as duas correntes: racionalismo e empirismo são complementares, pois, quando tomadas de maneira separadas, como tentamos ilustrar, elas estabelecem realmente uma relação de contradição e de negação mútua. No entanto, quando tomadas de maneira dialética pela teoria marxista da história percebemos uma superação da visão de uma e de outra, sendo que foram negadas, mantidas as suas essências e elevadas a um patamar superior de entendimento por Marx no decorrer da elaboração de sua teoria materialista histórica dialética.

Sobre isso destacamos o que afirma Löwy (1991) de que Marx supera dialeticamente o idealismo de Hegel (1770-1831) e o materialismo mecanicista de Feuerbach (1804-1872). Até aqui por tanto, a separação entre ideia e matéria se fez presente em muitos teóricos, seja do racionalismo, do empirismo, do idealismo ou do materialismo, que se contentavam em dizer quem possuía o primado na questão do conhecimento e da apropriação do real, se as ideias ou se a matéria.

Não é oneroso destacar que em Marx a materialidade tem caráter central na determinação social, o que o levou a afirmar que “o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social e que se deve estudar e elaborar a história dos homens em estreita correlação com a história da indústria e das trocas” (MARX; ENGELS, 2007, p.52).

Assim, para os autores a história humana não pode ser estudada de maneira separada da história do desenvolvimento das forças produtivas, isso, pois, a base material é preponderante na determinação da sociedade. Prosseguem enfatizando: “Não é a consciência quem determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007,

p.49).

Marx e Engels buscam demonstrar na afirmativa que a consciência não é preponderante nessa determinação social, mas a vida humana como atividade prática de transformação do meio material modifica não só a materialidade, mas também a consciência do sujeito, ao passo que essa consciência modificada produzirá novas transformações no meio material e assim se faz a história humana.

Com relação à possibilidade de conhecer, Haguette (2013, p. 195) entende que “Marx não rejeitara nem a razão, nem os sentidos, isto é, nem o sujeito, nem o objeto”. Prossegue: “Para Marx, não existe uma autoconsciência autônoma capaz de se autorrefletir independente das estruturas subjacentes do trabalho social”. Isso, pois, a dialética marxista é justamente uma dialética entre o mundo material e o espiritual que se efetiva através da práxis humana. A práxis é da maior importância em Marx, e consiste na novidade fundamental capaz de superar a separação realizada pelos filósofos anteriores entre a ideia e a matéria. Ele foi capaz de enxergar a partir da realidade um movimento prático, de transformação da natureza pelo ser social, que provocou não só a transformação do real, bem como a transformação da consciência. Lessa (2007, p. 22) adverte que o trabalho está na base da práxis social, ele é a própria “forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social”.

Assim, para Marx o mundo material é desantropomorfizado e transcendente ao ser social, contudo, é errôneo crer que por isso sua consciência é totalmente determinada pelo mundo material, pois, essa passa através da práxis social a intervir nesse mundo em um movimento dialético. Na terceira das teses sobre Feuerbach (Marx; Engels, 1982) vemos claro esse movimento:

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. (MARX; ENGELS, 1982).

Tratamos até aqui a maneira pela qual se processou na questão do conhecimento a segregação entre matéria e espírito. Os diversos teóricos da antiguidade à modernidade alimentaram a preocupação basilar de como chegar ao conhecimento verdadeiro, nesse anseio foi que se estabeleceu a dicotomia histórica entre os filósofos que consideravam o primado da razão sobre o empírico e aqueles que ao contrário tinham no empírico a possibilidade única do conhecimento. Vimos que as tentativas de superação dessa dicotomia foram diversas e que Marx elaborou, a partir das bases empirista e racionalista, a sua teoria materialista histórica dialética, elevando a discussão a um patamar superior. Trataremos agora de perceber como

essa dicotomia entre ideia e matéria se revela na sociedade de classes no contexto das relações de produção material da existência.

3.2 O embate entre o trabalho intelectual e o trabalho material: a dicotomia encetada pela divisão social do trabalho e reforçada pela educação

Até o presente momento a exposição tratou da separação entre o racional e o empírico na questão do conhecimento. Cabe assim, situar no contexto das relações sociais contraditórias os pressupostos que possibilitaram o desenvolvimento de tais correntes teóricas, para evidenciar que o intercâmbio social entre os homens e a produção das ideias em determinado período estão sempre subordinados à base econômica à medida que também passam a influenciá-la.

A supervalorização da racionalidade em detrimento da atividade material encontra sua justificativa, pois, os filósofos das antigas sociedades escravistas viam o trabalho material como uma atividade inferiorizante, destinada aos escravos. As classes abastadas deviam, de outro, ocuparem-se das atividades do intelecto, da retórica e da realização de atividades de ginástica que valorizassem o corpo. Posterior foi incorporada à educação dos nobres gregos a atividade militar. O saber relegado aos nobres gregos era assim, o saber teórico, do pensar para comandar, passando longe dessa classe o saber prático, material (Brandão, 2001, p. 16-17).

Gianfaldoni e Micheletto (1988, p. 348) expõem que as bases do pensamento moderno se pautavam fundamentalmente no ideário de homem, de liberdade e do individualismo, valores pregados inexoravelmente no contexto das relações sociais desenvolvidas pela burguesia enquanto classe revolucionária nos séculos XVII à XIX. Para as autoras, o desenvolvimento do empirismo pelos ingleses é justificado, pois, a Inglaterra é o berço das revoluções industriais. Já o racionalismo se desenvolve na Alemanha e encontra justificativa, pois, o país teve desenvolvimento industrial tardio, a burguesia era pequena e mercantil, os teóricos precisavam, assim, encontrar os meios pelos quais a razão lançaria o ideal do que se almejava para o país em termos de desenvolvimento.

Constatamos assim, que a base econômica da sociedade é determinante das ideias em determinados períodos. Mas não só, a base econômica produz rebatimentos em toda esfera social, isso, pois, em Marx o trabalho possui centralidade ontológica, tendo fundado o ser social e os demais complexos sociais que compõem a totalidade social (LUKÁCS *apud* LESSA, 2007).

Nessa égide, nos deparamos com uma contradição que fundamentalmente dá outro corpo a divisão histórica entre ideia e matéria. Pelas determinações sociais do trabalho, a dicotomia entre espírito e matéria além da divisão quanto à possibilidade de chegada ao conhecimento verdadeiro assume, a partir da divisão da sociedade em classes, um contorno distinto, essa disjunção é conferida na forma do trabalho espiritual de encontro ao trabalho material. Ponce (2001, p. 22) explica que o fenômeno da divisão social do trabalho tem bases lançadas no “escasso rendimento do trabalho e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada”.

Conforme Jimenez e Soares (2007, p. 65) a propriedade privada foi à condição necessária à divisão da sociedade em classes sociais com interesses antagônicos e que “somente a sociedade cindida poderia criar as bases teóricas da separação teoria-prática, pensamento-ação, pois sua sustentação se funda exatamente na divisão”.

Para Marx e Engels (2007, p. 54) a verdadeira divisão do trabalho se processa quando ocorre a dicotomia entre trabalho material e espiritual, onde a uns resta à operação manual da produção e a outros a atividade intelectual de gerenciamento dessa produção. Sobre isso Lessa (2016) adverte que:

Marx e Engels, desde a juventude até a maturidade, denunciaram a desumanidade (isto é, a alienação) que se instaurou, então: a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. O trabalho intelectual é a organização da produção que cabe à classe dominante. Organizar a produção implica, claro está, em organizar também a sociedade no seu todo. A finalidade do trabalho intelectual é reproduzir a exploração dos trabalhadores. Contudo, é do trabalho manual, que transforma a natureza em meios de produção e de subsistência, que se origina toda a riqueza social. (LESSA, 2016).

Essa divisão do trabalho entre classes distintas é histórica, permanecendo em todas as fases de desenvolvimento da produção: escravismo, feudalismo, modo de produção asiático, e consolida-se no capitalismo como expressão da maior dominação de classe, onde o trabalho é mantido sob excessivo controle do capital e transformado em mercadoria (LESSA; TONET, 2008). Vejamos o que esclarecem Andery *et. al.* (1988, p. 14) sobre as determinações da divisão social do trabalho ao trabalhador:

Os produtores não detêm a propriedade da terra, nem os instrumentos de trabalho e nem o próprio produto de seu trabalho; são, em sua maioria, eles mesmos, propriedade de outros homens. Nessa sociedade, as relações estabelecidas entre os homens são desiguais, onde alguns vivem do produto do trabalho de outros e onde a produção de conhecimento é desenvolvida por aqueles que não executam o trabalho manual. (ANDERY *et. al.*, 1988, p. 14).

Vemos assim, que a histórica divisão no intuito de conhecer a realidade, que coloca em pólos antagônicos a ideia e a matéria, se expressa a partir da divisão da sociedade

em classes sociais em uma divisão complexa que separa a humanidade em trabalhadores e administradores. Diante dessa divisão a educação destinada às duas classes sociais também é cindida para atender as demandas de acumulação. Para a classe dos administradores, classe dominante, o saber sistematizado, escolar, para os trabalhadores o saber adquirido no próprio processo de trabalho. Constatamos em Brandão (2001, p. 47) o desencadear desses processos:

Quando o fruto do trabalho acumula os bens que dividem o trabalho, a sociedade inventa a posse e o poder que separa os homens entre categorias de sujeitos socialmente desiguais. A posse e o poder dividem também o saber entre os que sabem e os que não sabem. Dividem o trabalho de ensinar tipos de saber a tipos de sujeitos e criam, para o seu uso, categorias de trabalhadores do saber- e-do-ensino. (BRANDÃO, 2001, p. 47).

Saviani (2007, p. 156) atesta que o surgimento da escola data desse processo, pela “ruptura do modo de produção comunal”, pois, com o advento da divisão do trabalho o saber passou a ser de propriedade das classes abastadas que detinham do ócio, restando à classe dominada o saber do conteúdo do trabalho. Assim, frequentar a escola foi por muito tempo privilégio da classe dominante que se libertou do trabalho manual.

Lima e Jimenez (2011) a partir dos estudos da ontologia de Lukács definem esses dois modelos de educação como *lato* e *estrito*. As autoras esclarecem que o complexo da educação possui dependência ontológica no trabalho e surge a partir da necessidade de reprodução social, inculcando nos sujeitos sociais as objetivações humanas, elevando a categoria humana do patamar do singular ao genérico, perpetuando assim, o ser social. Esse modelo de educação que independe da existência de classes sociais possui caráter *lato*.

Já a educação em sentido *estrito*, cabe dizer: escolar, sistematizada, possui bases fincadas na sociedade dividida em classes, surge por uma demanda de transmissão do saber acumulado para a classe, que pelas condições sociais possibilitadas pelas relações de produção, deve se ocupar do trabalho intelectual.

Essa cisão da educação, que passa a atuar também de maneira estrita, possibilita a legitimação da sociedade de classes, favorecendo a negação do conhecimento às classes dominadas e reforçando a dicotomia entre aqueles que devem se ocupar do trabalho manual e aqueles a quem se destina o trabalho intelectual.

4. CONCLUSÕES

As questões relativas ao conhecimento representaram sempre uma preocupação aos filósofos desde a antiguidade. Não é menos certo que o pensamento filosófico sofre

influência direta da base econômica e das relações sociais que dela advém em determinado momento histórico. Na tentativa de compreender a realidade e chegar ao conhecimento verdadeiro os filósofos acabaram se dividindo em dois grupos distintos: os que defendem que a chegada ao conhecimento se dá pela via racional e os que, na via da contra mão, asseveravam a possibilidade única de conhecer o real através da experiência empírica.

A proposta de Marx consiste justamente em romper com essa separação que acaba por colocar em lados opostos: ideia e matéria, teoria e prática, ação e reflexão, sujeito e objeto. Marx nega o determinismo presente tanto no empirismo como no racionalismo, de maneira que percebe a realidade de forma dialética. Há uma realidade material, objetiva, que é desantropomorfizada e transcendente ao sujeito, mas que ele pode intervir e se apropriar, de modo que sua subjetividade passa a transformar essa realidade à medida que é por ela transformada num movimento que é sempre prático e teórico, por sua vez empírico e racional.

A segregação entre ideia e matéria não se encerra na questão epistemológica. A partir da divisão da sociedade em classes sociais, essa disjunção passa a ser a expressão da dominação de classes, por meio da separação dos homens entre aqueles que devem se ocupar do trabalho material e aqueles que, perfazendo a classe dominante, se destina o trabalho intelectual.

Essa dicotomia revela-se no sistema capitalista agudizando o regime de exploração, onde o trabalhador é expropriado dos meios de produção, do produto do trabalho e até de si mesmo enquanto ser que se funda no trabalho. O trabalho nessa sociedade não se volta para a satisfação das necessidades humanas, mas sim para os anseios de acumulação da burguesia. O trabalho dividido deixa de ser trabalho concreto, expressão humana para satisfação de necessidades e passa a ser trabalho abstrato, alienante, onde o trabalhador não se reconhece como produtor da riqueza social e, por conseguinte, como ser social.

Diante da máxima da dicotomia ideia e matéria possibilitada pela divisão social do trabalho, a educação é igualmente cindida e passa a atuar, de maneira estrita, na legitimação dos ideais de dominação de classe. Essa cumpre a reprodução da sociedade de mercadorias, possibilitando uma formação intelectual do saber sistematizado para a classe dominante e um saber do trabalho para a classe dominada. A educação passa, assim, a atuar conforme os interesses de mercado de perpetuação das condições de exploração do trabalho, contribuindo para o mantimento da dicotomia entre trabalho manual e intelectual.

5. REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália. et. al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro e São Paulo: Educ e Espaço e Tempo, 1988.

AZEVEDO, Ruben David Bastos e Silva de. **Epistemologia: proposta de unidade didática baseada em eixos problemáticos**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ensino da Filosofia no Ensino Secundário, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2013. Cap. 3. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=28546>. Acesso em: 03 set. 2016.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos, n. 20).

GIANFALDONI, Monica Helena Tieppo Alves; MICHELETTO, Nilza. As possibilidades da razão: Immanuel Kant. In.: ANDERY, Maria Amália. et. al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro e São Paulo: Educ e Espaço e Tempo, 1988.

HAGUETTE, André. RACIONALISMO E EMPIRISMO NA SOCIOLOGIA. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p.194-218, jun. 2013. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v44n1/rcs_v44n1a8.pdf>. Acesso em: 01 set. 2016.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; SOARES, José Rômulo. In: JIMENEZ, Susana Vasconcelos et. al. (Org.). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas**. Fortaleza: Eduece, 2007. Cap. 3. p. 63-79.

LESSA, Sergio. Materialismo histórico: a origem. **Espaço Socialista: Organização Marxista Revolucionária**. Alagoas. S/D. Jornal. Disponível em: <<http://espacosocialista.org/portal/?p=4258>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx** .-1ºed-São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128p.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3ed. Ijuí: Ed. Unijui. 2007.

LIMA, Marteano Ferreira; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social**. Educação em Revista, v.27, nº02, p. 73-94. Belo Horizonte, agosto de 2011.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez. 7ª ed. 1991.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira Educação. 12 nº 34 jan./abr. 2007.